

Incêndios: relatório evidencia necessidade de políticas de proteção

2 de Abril, 2018

O presidente da Câmara de Tondela, José António Jesus, considera que o relatório da comissão técnica independente de análise dos grandes incêndios de outubro de 2017 “evidencia a necessidade de políticas nacionais em matérias de proteção”.

Em declarações à agência Lusa, o autarca social-democrata disse que o relatório “reforça um conjunto de questões nucleares que se centram no ordenamento florestal”, com a execução de faixas de interrupção de combustível, “a par de uma gestão que assente na biodiversidade e na gestão multifuncional da floresta”. “Penso que se impõe a concretização da elaboração do cadastro e que se tenha em conta que ninguém investirá na floresta se esta não for rentável. É necessário encontrar este equilíbrio. É possível encontrar este equilíbrio”, frisou José António Jesus, seis meses depois dos incêndios que percorreram quase 180 quilómetros quadrados do seu concelho.

No seu entender, “a par da limpeza dos perímetros florestais, importa também pensar na nova abordagem e estratégia de meios de combate, em particular para evitar a propagação dos espaços florestais para núcleos urbanos”. “Para evitar tragédias como as de outubro do ano passado, é necessário ter outra capacidade, em termos de meios no terreno, para poder responder a ocorrências de grande dimensão”, defendeu.

José António Jesus alertou que “o que aconteceu no último ano pode voltar a acontecer”. Neste âmbito, “é necessário investir em protocolos de atuação, envolvendo a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) e os bombeiros”, para que “promovam a capacitação técnica, capaz de gerir situações de crise e catástrofe como a vivida, nomeadamente em proteção de aglomerados urbanos”, acrescentou.

No concelho de Tondela, distrito de Viseu, as chamas atingiram mais de 200 primeiras habitações, de total de mais de quatro centenas (juntando segundas habitações e outras devolutas). Além de três vítimas mortais (duas diretas e uma indireta), as chamas provocaram muitos prejuízos na floresta, no setor agropecuário, na indústria, no comércio e nos serviços, tendo sido atingidas cerca de 70 empresas.

A comissão técnica independente criada para analisar os grandes incêndios rurais de 2017 entregou no dia 20 de março no parlamento o relatório dos fogos de outubro (dias 14, 15 e 16), envolvendo oito distritos das regiões Centro (Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu) e Norte (Braga e Viana do Castelo). Falhas na programação do socorro e na rede de comunicações e um “dramático abandono” das populações foram identificados pela comissão técnica, que admite, contudo, uma conjugação singular de fatores meteorológicos.

Viseu foi um dos distritos mais afetados, quer em área ardida quer em número de vítimas mortais, embora os incêndios com origem no distrito não tenham sido os mais significativos, já que dois fogos com início no distrito de Coimbra – o da Lousã e o de Arganil – entraram em Viseu e percorreram “uma área imensa”, atravessando vários concelhos. Estes fogos provocaram 49 vítimas mortais.

**Foto de Reuters*